



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA  
SETOR DE CORREIÇÃO/2016  
RELATÓRIO**

**1º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE SÃO GONÇALO, com  
competência em matérias cível e criminal**

**Juíza Federal Titular: Dr<sup>a</sup>. ANA CRISTINA FERREIRA DE MIRANDA**

**Juíza Federal Substituta: Dr<sup>a</sup>. ANA LÚCIA PETRI BETTO**

Partindo de levantamentos realizados no questionário pré-correição, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 04 a 08 de abril de 2016, a correição ordinária eletrônica do 1º Juizado Especial Federal de São Gonçalo/RJ, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

**RECOMENDAÇÕES:**

1. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias;
2. Verificar o processo nº 00300146620154025167 sob sigredo de Justiça (sigilo de sistema);
3. Verificar/retificar a situação dos processos relacionados no item “processos com remessa externa”, os quais se encontram com os prazos de devolução vencidos;
4. Verificar os processos suspensos, cujo motivo para suspensão teria sido cadastrado equivocadamente;
5. Evitar que as próximas sentenças sejam classificadas como “vazias”, preenchendo-se todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

direito da página do sistema Apolo), quando do registro do movimento de conclusão. E, neste campo, evitar as classificações repetitivas, com conteúdo semelhante, como demonstrado no item respectivo deste relatório;

6. Observar a correta classificação das próximas sentenças a serem proferidas de fundamentação individualizada, conforme indicado no item respectivo deste relatório;

7. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, considerando que o mapa estatístico apontou 175 processos com tal fase não informada.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

De acordo com a Portaria PR-RJ nº 286, de 03 de março de 2016, encaminhada pelo Ofício nº 2616/2016 - MPF/PR/RJ/GABPC, de 03/03/2016, o Procurador da República Dr. Marco Otávio Almeida Mazzoni foi designado para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

A Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício nº 11 - DPURJ/SECGABDPC/RJ, de 16 de fevereiro de 2016, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES**

**(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)**

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo à Juíza Titular os processos pares, e à Juíza Substituta, os ímpares.

.Titular: Drª Ana Cristina Ferreira de Miranda, em exercício desde 07/08/2012 (ATO N° TRF2-ATP-2012/00413, de 02/08/2012)

.Substituta: Drª Ana Lúcia Petri Betto, em exercício desde 10/06/2015 (ATO N° TRF2-ATP-2015/00311, de 18/05/2015)

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.

**→ ORGANIZAÇÃO**

Total de Servidores previstos: 13

Total de Servidores lotados na Vara: 11

Analistas Judiciários: 06

Técnicos Judiciários: 05

Técnico Judiciário/Segurança: 00

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 04

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.1.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ ACERVO TOTAL**  
**(artigos 32 a 36 da CNCR)**

Acervo	Correição Julho/2014		Março/2015		Correição Março/2016	
	Cível	Crim.	Cível	Crim.	Cível	Crim.
Total	1.080	01	1.279	00	1.387	01
Suspensos	180	01	290	00	431	01
<b>Tramita. ajustada</b>	900	00	989	00	956	00
<b>Total Geral (Em tramitação)</b>	900		989		956	

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em 2014 e Relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de março/2015 e março/2016, extraído em 29/03/2016.

**→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**  
**(art. 181 da CNCR)**

Total de atos processuais intimados (01/04/2015 até 31/03/2016):



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	4.040	47,84	04
Decisão	2.210	26,17	03
Sentença	2.194	25,98	08
<b>Total Geral</b>	<b>8.444</b>	<b>100,00</b>	<b>05</b>

Mapas: Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constante do Módulo Secretária, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo. Planilha Apolo Excel – Intimados, extraída em 01/04/2016.

➔ **METAS DO CNJ**

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário)

OBS.: A despeito da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2016 (<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/metas-2016>), ainda não foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração de todos dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. **Assim, quando necessário, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2015, com as adaptações possíveis.**

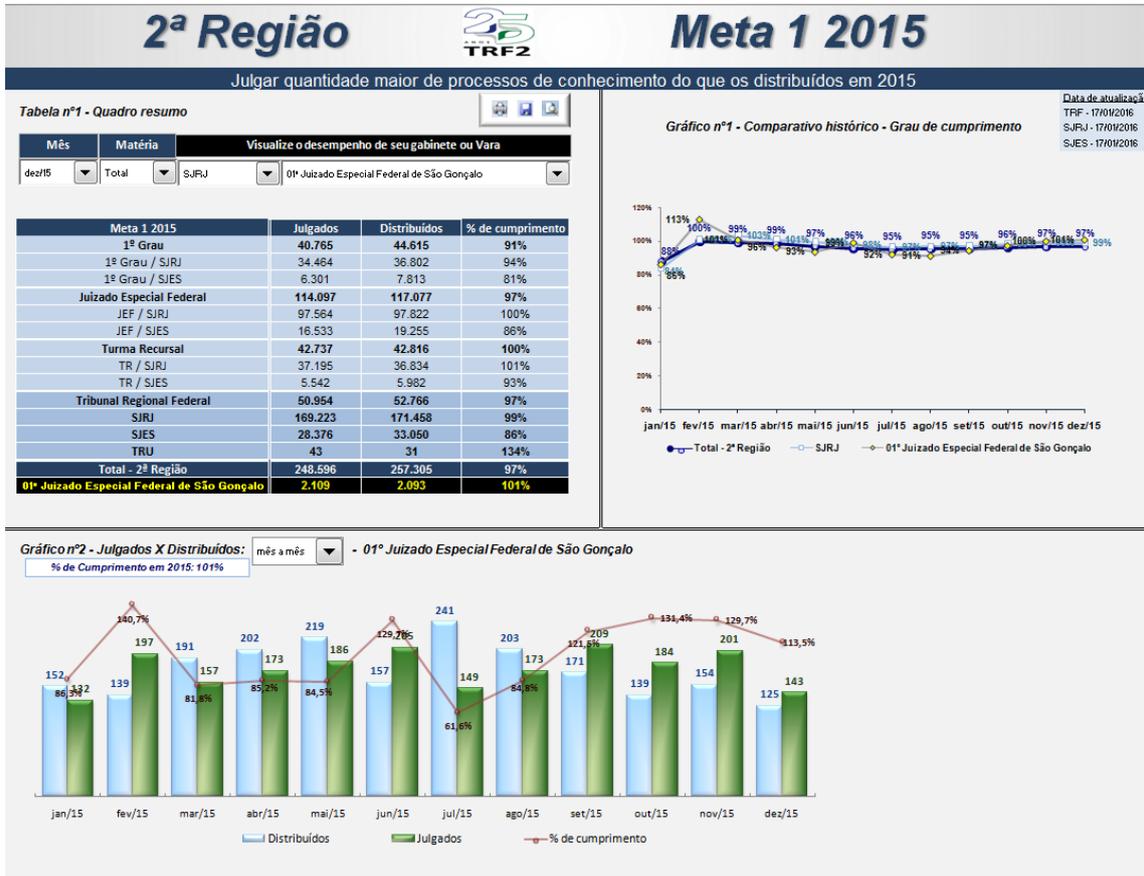
**I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos**

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 29/03/2016, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 101%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 29/03/2016.

## II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatística da 2ª Região, extraído em 29/03/2016, não consta processo pendente de julgamento em 2015, conforme se verifica a seguir:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**2ª Região** **TRF2** **Meta 2 2015**

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais

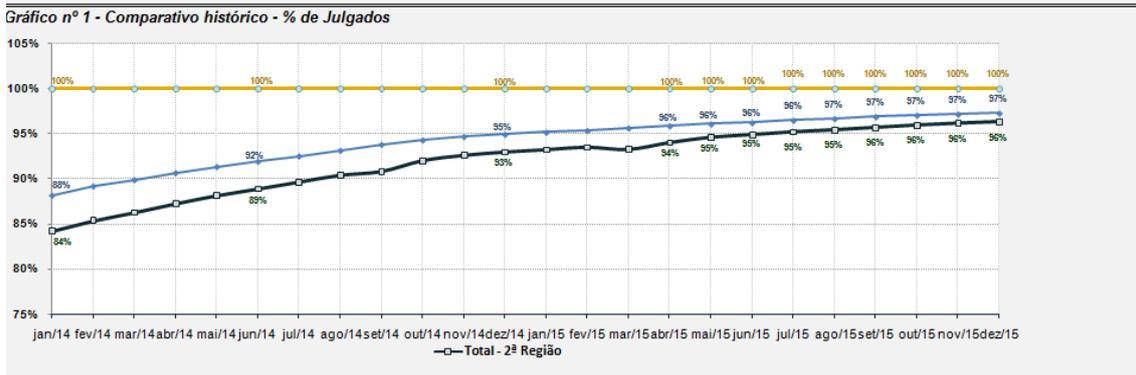
Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data: dez/15 | Meta%: 100% | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara: SJRJ | 01º Juizado Especial Federal de São Gonçalo | Data de atualização: TRF - 31/12/2015 | SJRJ - 31/12/2015 | SJES - 31/12/2015

Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
1º Grau	74.268	66.183	3.735	69.918	4.350	94%
1º Grau / SJRJ	65.533	58.367	3.315	61.682	3.851	94%
1º Grau / SJES	8.735	7.816	420	8.236	499	94%
Juizado Especial Federal	96.366	93.980	1.832	95.812	554	99%
JEF / SJRJ	75.408	73.415	1.472	74.887	521	99%
JEF / SJES	20.958	20.565	360	20.925	33	100%
Turma Recursal	23.699	23.559	133	23.692	7	100%
TR / RJ	19.650	19.628	20	19.648	2	100%
TR / ES	4.049	3.931	113	4.044	5	100%
TRF	15.377	10.222	2.368	12.590	2.787	82%
SJRJ	160.591	151.410	4.807	156.217	4.374	97%
SJES	33.742	32.312	893	33.205	537	98%
Total - 2ª Região	209.710	193.944	8.068	202.012	7.698	96%
01º Juizado Especial Federal de São	326	326	0	326	0	100%

Verifique o Acervo Meta2 pendente:

Acervo pendente TRF | Acervo pendente SJRJ | Acervo pendente SJES



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 29/03/2016, e consultas ao Sistema Apolo.

**III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.**

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.

**IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)**



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

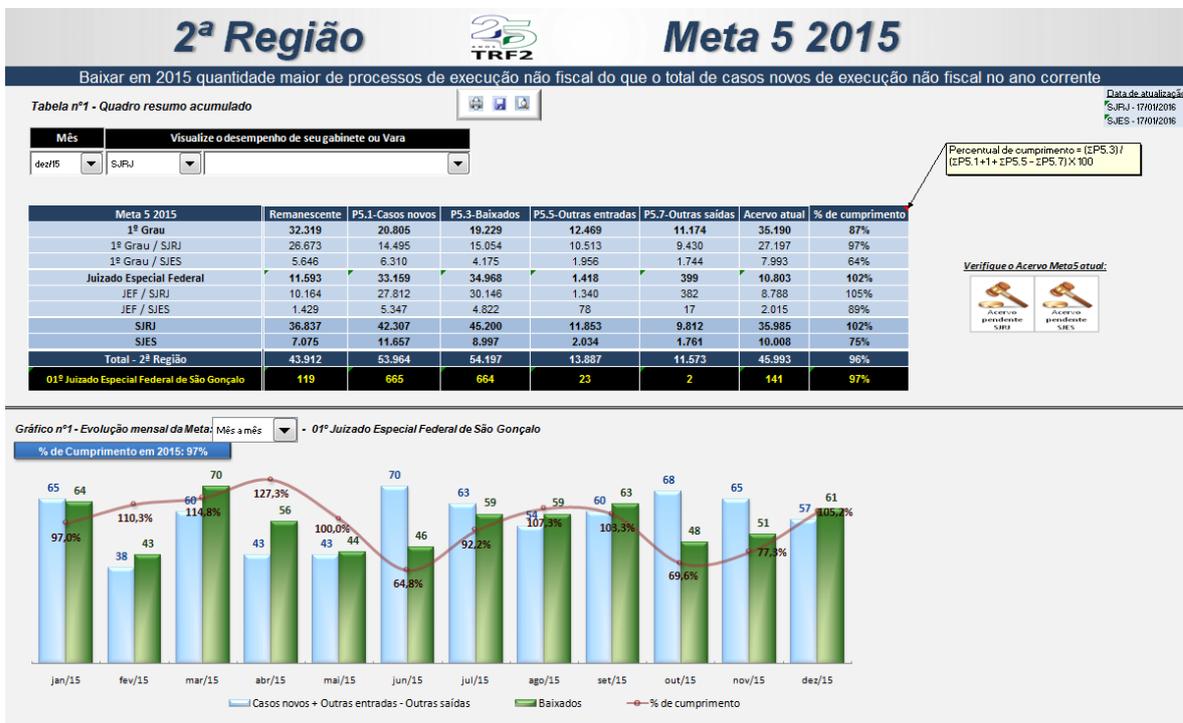
(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Não se aplica.

**V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal)**

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 29/03/2016, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 97%**, como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 29/03/2016.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)**

(Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau)

Não se aplica.

**VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente**

Não há dados a relatar.

**VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.**

Não se aplica.

**➔ AUDIÊNCIAS (DE 01/04/2015 A 31/03/2016)  
(Art. 35, I, CNCR)**

TOTAL: 546 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de 07/04/2015 e a última de 30/03/2016.

Por sua vez, o questionário pré-correição informou que foram agendadas 288 audiências e realizadas 238 audiências.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências, e questionário pré-correição (item 3.2)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## → PROCESSAMENTO DE FEITOS

### 1. INICIAIS

(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Analisados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, constataram-se os seguintes endereços:

**C.1.INICIAIS**, com 09 documentos, sendo todos de 01/04/2016, das 17:50.

**D.2.GABINETES - INICIAIS**, com 02 documentos, sendo ambos de 01/04/2016, das 16:46 e 16:47.

De acordo com o questionário pré-correição:

*“Os servidores encarregados de analisar as iniciais, procuram identificar as demandas com urgências, prioridades ou riscos de perecimento de direito para imediato encaminhamento ao balcão de entrada do Apoio ao Gabinete, com o devido aviso de urgência/prioridade. Além disso, o oficial de gabinete ou outro servidor, na ausência deste, é imediatamente comunicado do envio do processo.”*

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.10.1, Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 04/04/2016, às 9h37min, e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

### 2. BALCÃO DE ENTRADA

43 documentos, sendo o mais antigo o de nº 01082191220154025167, de 31/03/2016, das 13:29.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 04/04/2016, às 09h48min.

### **3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)**

Analisando-se os locais virtuais, não se observou endereço eletrônico para prevenção.

Por sua vez, segundo o Relatório de Inspeção Anual entregue pelo juízo correicionado:

*“No caso de prioridade possibilidade de prevenção, o servidor pesquisa o processo possivelmente prevento e lança certidão acerca do tema. Após, normalmente o feito é encaminhado à magistrada competente com a minuta de despacho/decisão.”*

Na mesma linha, o último Relatório de Inspeção Anual elaborado em 2015 pelo juízo correicionado informou que, em relação à verificação de prevenção, *“não foram identificadas irregularidades”*.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.10.1, e Relatório de Inspeção Anual, Nº JFRJ-REL-2015/00020, de 20/05/2015, item 2.7, realizada no período de 04 a 08/05/2015.

### **4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO: (Arts. 227 da CNCR)**

Posição em	04/04/2016
Conclusão até	01/04/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
-------------------	-----------	---------------



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Despacho	00	N/A
Decisão	00	N/A
Sentença	00	N/A
<b>Total Geral</b>	<b>00</b>	<b>N/A</b>

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos, de 01/04/2016, extraída em 04/04/2016.

**5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:**  
(Arts. 228 da CNCR)

Posição em	29/03/2016
Último Movimento até	28/03/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	18	94,74
Mais de 60	01	5,26
<b>Total Geral</b>	<b>19</b>	<b>100,00</b>

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

**00624723920154025167** - trata-se de ação em que a parte autora deseja a concessão do benefício de Amparo Social por estar acometido de doença que a incapacita e por não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida pela família. Concluso para despacho em 20/01/2016. Publicado em 27/01/2016. **Movimentação cartorária tipo aguardando manifestação da parte autora em 26/01/2016. Certidão de vistos em Inspeção em 09/03/2016, sendo este o último movimento.**

**00027669120164025167** - Trata-se de ação em face da CEF em que a parte autora questiona supostos saques indevidos em sua conta vinculada ao FGTS.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Concluso para despacho em 29/01/2016. Publicado em 12/02/2016. Movimentação cartorária em 11/02/2016 tipo aguardando audiência designada para 30/03/2016. Concluso para sentença em 30/03/2016. Audiência em 30/03/2016, quando foi prolatada sentença de homologação de acordo.

**00065256320164025167** - trata-se de ação de responsabilidade civil ajuizada em face da CEF. Concluso para despacho em 04/02/2016. Publicado em 15/02/2016. Movimentação cartorária em 25/02/2016 tipo aguardando audiência designada para 30/03/2016. Audiência em 30/03/2016, quando foi prolatada sentença de homologação de acordo. Conclusão aberta para sentença em 31/03/2016.

**00098747420164025167** - trata-se de ação de responsabilidade civil em face da CEF. Concluso para decisão em 01/02/2016. Publicado em 15/02/2016. Movimentação cartorária em 26/02/2016 tipo aguardando audiência designada para 30/03/2016. Concluso para sentença em 30/03/2016. Audiência em 30/03/2016, quando foi prolatada sentença de homologação de acordo.

**00715202220154025167** - trata-se de ação de responsabilidade civil ajuizada em face da CEF e TIM CELULAR S/A. Concluso em 01/02/2016. Publicado em 12/02/2016. **Movimentação cartorária tipo aguardando manifestação da parte ré em 11/02/2016. Certidão de vistos em Inspeção em 09/03/2016, sendo este o último movimento.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição em 04/04/2016.

**6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA  
(Arts. 180 e 318 da CNCR)**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Aguardando juntada, em março de 2016, 02 documentos, sendo uma petição referente ao processo nº 00081928420164025167 e outra petição referente ao processo nº 00256800320164025151.

Analisando-se os locais virtuais, não se observou endereço eletrônico para petições.

Por sua vez, de acordo com o Relatório de Inspeção Anual de 2015, *“todas as petições regularmente encaminhadas ao juizado estão sendo juntadas conforme o prazo da Consolidação de Normas.”*

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 29/03/2016, e Relatório de Inspeção Anual, Nº JFRJ-REL-2015/00020, de 20/05/2015, item 2.5, realizada no período de 04 a 08/05/2015.

## 7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS

(Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Analisando os locais virtuais existentes no órgão correicionado, constataram-se os seguintes endereços:

**B.1. PRAZO DE 10 DIAS** - com 67 documentos, sendo o mais antigo de 22/03/2016, sob o nº 05008128420154025167 (VCTO 2016/04/05);

**B.1.1. PRAZO DE 30 DIAS** - com 58 documentos, sendo o mais antigo de 07/03/2016, sob o nº 00563787520154025167 (VCTO 2016/04/12 - PLANILHA);

**B.1.2. PRAZOS DIVERSOS** - com 26 documentos, sendo o mais antigo de 09/03/2016, das 17:23, sob o nº 05000668520164025167 (VCTO 2016/04/04 - INSS - Certidão - Vistos em Inspeção);



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**AG. RETORNO DE EXPEDIENTES** - com 14 documentos, sendo o mais antigo de 07/03/2016, das 12:54, sob o nº 01187705120154025167 (Ag. retorno de Mandado - Exp. em - 2016/01/18 - 8 EMPRESAS);

**B.4.AG. PUBLICAÇÃO** - com 51 documentos, sendo o mais antigo de 28/03/2016, sob o nº 01641365020144025167 (PUBLICAR E BAIXAR);

**B.5.AG. ACESSO** - com 34 documentos, sendo o mais antigo de 28/03/2016, sob o nº 00018659420144025167 (Remessa, Carga para DPU - Niterói, São Gonçalo e Itaboraí por motivo de vista);

**C.3.AG. LAUDO** - com 38 documentos, sendo os 04 mais antigos de 11/03/2016, das 14:17 (VCTO 2016/04/08 - DR CARLOS ROBERTO);

**C.4.AG. REALIZAÇÃO DE PERÍCIA** - com 43 documentos, sendo os 03 mais antigos de 18/03/2016, das 12:38 (PERÍCIA 2016/04/27 - DR. DANIEL c/ Certidão - Vistos em Inspeção);

**D.5.GABINETE - AGUARDANDO AUDIÊNCIA** - com 10 documentos, sendo os 05 mais antigos de 09/03/2016, das 16:23 (AUD 2016/04/12, 2016/04/05 e 2016/04/13);

**E.1.TRANSITAR EM JULGADO (MOV 18 OU 26) / REMETER TURMA** - com 17 documentos, sendo o mais antigo de 29/03/2016, das 10:28, sob o nº 01081317120154025167 (Remessa interna para cálculos elaborados);

**F.2.SUSPENSÃO/REPERCUSSÃO GERAL** - com 424 documentos, sendo o mais antigo de 30/05/2014, sob o nº 01271656620144025167 (com Paradigna 22);



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**F.3.SUSPENSÃO DIVERSOS (INCLUSIVE CRIMINAIS)** - com 07 documentos, sendo o mais antigo de 29/02/2016, sob o nº 05002566520154025108 (Tramitação entre pol. e MPF - até 26.7.2016).

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais (Autorização de Usuário), posição em 04/04/2016, às 14:06.

**8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).**

Analisando os locais virtuais existentes no órgão correicionado, constataram-se os seguintes endereços:

**B.2.EXPEDIÇÕES (MANDADOS/OFÍCIOS/CP)** - com 39 documentos, sendo o mais antigo de 18/03/2016, sob o nº 00084587120164025167 (Expedir mandado);

**B.6.INTIMAÇÕES (TELEG. TELEFONE. EMAIL)** - com 46 documentos, sendo o mais antigo de 11/03/2016, das 11:28, sob o nº 05008491420154025167 (intimar autor);

**B.7.EXPEDIR RPV/PRECATÓRIO** - sem documentos;

**E.3.ALVARÁ** - com 15 documentos, sendo os 03 mais antigos de 07/03/2016, das 17h (Alvará assinado - aguardando retirada).

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 04/04/2016, às 14h13.

**9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:**  
**(Art. 189 e seguintes da CNCR)**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Posição em	29/03/2016
------------	------------

Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	01
Sistema	02
Documento	00
<b>Total Geral</b>	<b>03</b>

Foram analisados os seguintes processos:

**01148433320154025117** - regular a informação no sistema Apolo (sigilo de sistema), bem como a ordem judicial respectiva (em 10/11/2015).

**00300146620154025167** - regular a informação no sistema Apolo (sigilo de sistema), **mas não localizada, s.m.j., a ordem judicial respectiva.**

**00758978920154025117** - regular a informação no sistema Apolo (segredo de justiça absoluto), bem como a ordem judicial respectiva (23/11/2015).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 04/04/2016.

## 10. PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR)

Total Geral de Boletins Gerados	Período	04/2015 a 03/2016
	Processos	6.802
	Boletins	157
	Média (Proc. / Bol.)	43,32
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,69



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 01/04/2016.

## 11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam 180 processos com prazo vencido, sendo os 06 processos mais antigos com dias vencidos os abaixo listados:

	Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
1.	0005665-43.2008.4.02.5167	AUTOR	27/01/2009	06/02/2009	2.608
2.	0005709-62.2008.4.02.5167	AUTOR	27/01/2009	06/02/2009	2.608
3.	0004186-15.2008.4.02.5167	AUTOR	16/09/2009	28/09/2009	2.374
4.	0005653-29.2008.4.02.5167	INSS	30/01/2009	03/03/2009	2.583
5.	*0061451-28.2015.4.02.5167	Procuradoria Seccional Federal	17/02/2016	02/03/2016	27
6.	*0016039-40.2016.4.02.5167	DPU - Niterói, São Gonçalo e Itaboraí	22/02/2016	03/03/2016	26

**Observação:** os 04 primeiros processos foram remetidos para a Turma Recursal, s.m.j., sem o devido retorno da anterior remessa externa.

\*Processos já devolvidos, conforme verificação efetuada em 04/04/2016.

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 29/03/2016, vencidos e não devolvidos até 29/03/2016, e consultas ao Apolo, posição em 04/04/2016.

## 12. SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS

a) Total de processos suspensos (em 29/03/2016): 432

. **Cíveis:** 420 processos (51001 - Juizado/ Cível)  
11 processos (51002 - Juizado/Previdenciário)  
Total: **431 processos**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. **Criminais: 01 processo** (74003 - Juizado - Inquérito Policial)

b) Análise dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

**CÍVEL:**

a) Aguarda decisão de instância superior: 01

**00017532820144025167 - tendo em vista que o processo trata de pagamento de expurgos de planos econômicos sobre saldo de contas de poupança, s.m.j., o processo deveria ter sido registrado sob o motivo de suspensão mais específico, no caso, repercussão geral (CPC, art. 543-B e §1º), conforme determinação judicial publicada em 05/08/2014.**

b) Cumprimento Precatório/RPV: 05

00028965220144025167

05002369120154025167

05005495220154025167

00033373320144025167

**00013757220144025167 - tendo em vista que o processo trata de correção monetária dos saldos de conta vinculada ao FGTS, não tendo havido, ainda, julgamento da causa, s.m.j., o processo deveria ter sido registrado sob o motivo recurso repetitivo (CPC, art. 543-C e §2º), conforme determinação judicial publicada em 16/05/2014.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

c) Outros – fase de conhecimento: 02

00026038220144025167

**00500226420154025167 - não foi verificado, s.m.j, ordem judicial para a suspensão, ou ainda, motivo para a suspensão do processo, constando, como último movimento, conclusão em 04/04/2016, com minuta de decisão.**

d) Outros – fase /processo de execução: 01

00011561520144025117

e) Recurso repetitivo (CPC, art. 543-C e §2º): 01

01319608120154025167

f) Repercussão geral (CPC, art. 543-B e §1º): 421

00008811320144025167

00011159220144025167

00011011120144025167

01116911120144025117

01121176720144025167

01154364320144025167

**CRIMINAL:**

a) Outros - processos Criminais: 01

05002566520154025108

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 29/03/2016, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 05/04/2016.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**13. SENTENÇAS:**

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

**Total: 2.194**

**1. PROCESSOS PARES: 1.085**

- a. **Convertidas em diligência**: 32
- b. **Convertido(a) o(a) Julgamento em Diligência**: 13
- c. Embargos de declaração:
  - i. Em Embargos de Declaração Acolhidos: 04
  - ii. Em Embargos de Declaração Acolhidos em Parte: 01
  - iii. **Em Embargos de Declaração Rejeitados**: 08
- d. Resolução de mérito:
  - i. **Declarada decadência ou prescrição**: 01
  - ii. **Embargos de declaração não-acolhidos**: 04
  - iii. **Homologada a transação**: 24
  - iv. **Conciliação/transação homologada**: 54
  - v. **Julgado improcedente o pedido**: 56
  - vi. **Julgado procedente em parte o pedido**: 23
  - vii. **Julgado procedente o pedido**: 46
  - viii. Julgado procedente o pedido - reconhecimento pelo réu:  
01
  - ix. **Improcedente**: 248
  - x. Improcedente – dispensada citação: 67
  - xi. **Procedente**: 103
  - xii. **Procedente em parte**: 61
  - xiii. **Reconhecida prescrição/decadência**: 03
  - xiv. Procedente com tutela deferida: 111
  - xv. Procedente com tutela deferida parcialmente: 05
  - xvi. Procedente em parte com tutela deferida: 56
  - xvii. Procedente em parte com tutela deferida parcialmente: 01
- e. Sem resolução de mérito: 132
  - i. Extinto o processo por ausência das condições da ação: 03



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- ii. Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais: 04
- iii. Extinto por desistência da ação: 01
- iv. Extinto o processo por preempção, litispendência ou coisa julgada: 06
- v. **Indeferida a petição inicial**: 05
- vi. **Indeferimento de petição inicial**: 11

f. **Vazias**: 01

2. **PROCESSOS ÍMPARES: 1.109**

- a. **Convertidas em diligência**: 39
- b. **Convertido(a) o(a) Julgamento em Diligência**: 12
- c. Embargos de declaração:
  - i. **Em embargos de declaração acolhidos**: 04
  - ii. Em embargos de declaração acolhidos em parte: 01
  - iii. Em embargos de declaração não conhecidos: 01
  - iv. Em embargos de declaração rejeitados: 16
- d. Extinção da punibilidade – decadência/perempção: 01
- e. Resolução de mérito:
  - i. **Declarada decadência ou prescrição**: 03
  - ii. **Embargos de declaração acolhidos**: 01
  - iii. Embargos de declaração não acolhidos: 04
  - iv. **Homologada a transação**: 19
  - v. Improcedência liminar - art. 332 do CPC: 01
  - vi. **Julgado improcedente o pedido**: 77
  - vii. **Julgado procedente em parte o pedido**: 20
  - viii. **Julgado procedente o pedido**: 56
  - ix. Conciliação/transação homologada: 62
  - x. Extinção da execução: 01
  - xi. **Improcedente**: 221
  - xii. Improcedente – dispensada citação: 58
  - xiii. **Procedente**: 76
  - xiv. **Procedente em parte**: 64



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- xv. **Reconhecida prescrição/decadência:** 05
- xvi. Procedente com tutela deferida: 106
- xvii. Procedente com tutela deferida parcialmente: 05
- xviii. Procedente em parte com tutela deferida: 73
- xix. Procedente em parte com tutela deferida parcialmente: 02
- f. Sem resolução de mérito:
  - i. Sem resolução de mérito: 145
  - ii. Desistência da ação: 03
  - iii. Abandono da causa pelo autor: 01
  - iv. Extinto o processo por ausência das condições da ação: 07
  - v. Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais: 07
  - vi. Extinto o processo por desistência: 01
  - vii. Extinto o processo por preempção, litispendência ou coisa julgada: 04
  - viii. **Indeferida a petição inicial:** 05
  - ix. **Indeferimento de petição inicial:** 06
- g. **Vazias:** 02

#### 14. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação a classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

##### 1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0003428-26.2014.4.02.5167  
0065828-42.2015.4.02.5167  
0500040-24.2015.4.02.5167  
0143202-37.2015.4.02.5167  
0003318-27.2014.4.02.5167  
0003389-29.2014.4.02.5167  
0064229-24.2015.4.02.5117  
0500619-69.2015.4.02.5167  
0158981-66.2014.4.02.5167  
0003271-53.2014.4.02.5167

Contudo, as seguintes sentenças, classificadas como tipo A, **s.m.j.**, **deveriam ter sido classificadas como tipo B2, como se vê a seguir (textos em anexo ao final do relatório):**

0003270-68.2014.4.02.5167 e 0170759-86.2014.4.02.5117 - tratam de pedido de condenação do INSS na obrigação de proceder o restabelecimento de auxílio-doença.

**2. Sentenças tipo B1 (sentenças homologatórias de acordo):**

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0131808-33.2015.4.02.5167  
0155042-97.2015.4.02.5117  
0108286-74.2015.4.02.5167  
0003392-81.2014.4.02.5167  
0004886-10.2016.4.02.5167  
0115666-51.2015.4.02.5167  
0127539-48.2015.4.02.5167  
0142191-70.2015.4.02.5167  
0013419-89.2015.4.02.5167  
0012679-34.2015.4.02.5167  
0094669-47.2015.4.02.5167



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0124955-08.2015.4.02.5167

**3. Sentenças tipo B2 (sentenças repetitivas - padronizadas):**

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0000596-49.2016.4.02.5167  
0127762-98.2015.4.02.5167  
0045720-89.2015.4.02.5167  
0034064-38.2015.4.02.5167  
0022420-64.2016.4.02.5167  
0019594-02.2015.4.02.5167  
0000617-25.2016.4.02.5167  
0129731-51.2015.4.02.5167  
0108887-80.2015.4.02.5167  
0007969-34.2016.4.02.5167  
0021099-28.2015.4.02.5167  
0005197-49.2016.4.02.5151

**4. Sentenças tipo C (sem julgamento de mérito):**

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0006640-84.2016.4.02.5167  
0015290-23.2016.4.02.5167  
0139922-92.2014.4.02.5167  
0500752-14.2015.4.02.5167  
0072002-67.2015.4.02.5167  
0034372-74.2015.4.02.5167  
0003179-60.2016.4.02.5117  
0016749-94.2015.4.02.5167  
0131277-97.2015.4.02.5117  
0500817-09.2015.4.02.5167  
0044805-40.2015.4.02.5167  
0034717-40.2015.4.02.5167



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição em 05/04/2016.

## 15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição,

*“quanto às prioridades legais, há associação de identificadores e são priorizados os feitos. Haja vista que o acervo do Juizado encontra-se sob controle, com despachos, decisões, sentenças e movimentação processual, em geral, ocorrendo sempre que encerrados os prazos processuais, não há qualquer tipo de demora nos feitos, ocorrendo a análise dos feitos prioritários com eficiência, sem prejuízo das demais ações.”*

Fonte: Questionário pré-correição ( item 3.3.2).

## 16. LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE

Segundo o questionário pré-correição,

*“O critério de preferência para julgamento dos demais feitos segue a ordem de feitos afetos às questões de saúde (medicamentos/internações), ações previdenciárias/cíveis de prestações de alimentos, tais como benefícios em geral (incluindo aposentadorias), assistência social, pensões; em seguida as causas de responsabilidade civil e as tributárias.”*



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Acrescentou-se, ainda, que:

*“Os processos são divididos entre os assessores por finais, para verificação e preparação de minuta; os prazos para entrega das minutas às juízas é de 24 horas para despachos e decisões e de 72 horas para sentenças; casos que necessitem de tutela de urgência, como ações de saúde, são imediatamente transmitidos aos magistrados - os prazos são controlados através de tabelas contendo a produtividade dos assessores, além de verificação nos relatórios do Apolo e Portal de Estatísticas acerca do tempo entre conclusão e assinatura da decisão/despacho/sentença.”*

Fonte: Questionário pré-correição (itens 3.3.3 e 3.3.4).

## **17. EXECUÇÃO** **(art. 333 da CNCR)**

### **Fase 18:**

			Trâmite	Total
Processos	01º Juizado Especial Federal de São Gonçalo	Com Sentença	Informada 238	238
			Não Informada 175	175
Total			413	413

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 29/03/2016.

## **18. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO** **(01/04/2015 a 31/03/2016)** **(Art. 217, II, da CNCR)**



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- a. Total de requisições: 1.198
- b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 91 dias.

- RPV's Juizado Especial Federal: 1.188

.Cadastrados: 76

.Conferidos: 25

.Enviados: 1.087

- Precatórios (Parcela única): 10

. Cadastrados: 00

. Conferidos: 00

. Enviados: 10

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 01/04/2016.

**➔ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**  
**(Artigos 356 a 358 da CNCR)**

No questionário pré-correição, foi informado que este item do relatório não se aplica ao juízo correicionado.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.8).

**➔ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**  
**(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)**



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Da mesma forma, no questionário pré-correição, foi informado que este item do relatório também não se aplica ao juízo correicionado.

De fato, o sistema Apolo não indicou qualquer processo com bem de conteúdo econômico e/ou passível de perdimento ou expropriação, no período de 01/01/1900 até 28/03/2016.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, extraído em 29/03/2016.

### → LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (ART. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição, “o JEF tem acervo exclusivamente eletrônico e, em assim, sendo, mantém apenas o livro de ponto dos servidores, o livro de reclamações e pastas com atos praticados durante os plantões.”

Por sua vez, nos termos do Relatório de Inspeção Anual de 2015, “não foram identificadas irregularidades, devendo ser ressaltado que o Juizado, desde sua instalação, sempre contou com todos os processos eletrônicos.”

Fonte: Questionário pré-correição (item 5) e Relatório de Inspeção Anual ( N° JFRJ-REL-2015/00020, de 20/05/2015, item 2.4), realizada no período de 04 a 08/05/2015.

### → ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o questionário pré-correição:

“O JEF, em que pese estar localizado em prédio comercial, possui boas instalações físicas. Nos últimos meses, merece menção os constantes problemas enfrentados pelos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

*aparelhos de ar condicionado, os quais são velhos e extremamente barulhentos, não raro prejudicando a concentração no serviço.”*

Por sua vez, nos termos do Relatório de Inspeção Anual, foi mencionado que *“os equipamentos estão em bom estado de conservação, assim como o mobiliário.”*

Fonte: Questionário pré-correição (item 4) e Relatório de Inspeção Anual ( N° JFRJ-REL-2015/00020, de 20/05/2015, item 2.12), realizada no período de 04 a 08/05/2015.

### → METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o juízo correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

**Metas de curto prazo (3 meses):** Adotar as providências necessárias para que adequação dos procedimentos do JEF ao novo Código de Processo Civil, naquilo em que aplicável ao Juizado, de maneira a não perder o controle sobre o acervo de processos.

**Metas de médio prazo (6 meses):** Inscrever outros servidores nos cursos de formação de conciliadores/mediadores oferecidos pelo TRF/2ª Região. Manter controlado o acervo de processos.

**Metas de longo prazo (1 ano):** basicamente, as mesmas metas fixadas para os próximos seis meses.

Fonte: Questionário pré-correição (item 6.2).

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Patrícia Aparecida dos Santos Ferreira, Mat. n.º 15.641